



Poder Judiciário de Nova Jersey

Material descritivo (R. 5:4-2(h)) Divórcio ou dissolução conjugal - alternativas ao litígio convencional na resolução de divergências

Descriptive Material (R. 5:4-2(h)) - Divorce or Dissolution - Dispute Resolution Alternatives to Conventional Litigation (Portuguese)

A resolução de questões referentes ao seu processo de divórcio ou dissolução conjugal pode ser dispendiosa e difícil. Você está recebendo este documento porque você é parte de um processo de divórcio ou dissolução conjugal (protocolo FM) [FM docket]. As causas apresentadas no protocolo FM incluem: divórcio de casamento, dissolução de união civil, fim de união estável e anulação. Somente um juiz pode conceder o divórcio ou a dissolução de um relacionamento. Você também deverá resolver as seguintes questões: divisão de bens e dívidas, pensão alimentícia do cônjuge, pensão alimentícia de menores, guarda e visita de menores. O juiz pode decidir todas as suas questões durante o julgamento. No entanto, existem outros métodos para resolver estas questões. Estes métodos também podem ser mais eficientes, menos dispendiosos, oferecem privacidade e reduzem o nível de conflito entre você e a outra parte durante o processo judicial. É recomendável discutir as resoluções alternativas com seu advogado.

Seguem abaixo breves descrições de outros métodos que você pode utilizar para ajudar na resolução do seu processo.

Mediação¹

A mediação é uma forma de resolver as diferenças com a ajuda de uma terceira pessoa independente e treinada para este fim. As partes, representadas ou não por advogados, reúnem-se com o mediador em um local neutro. O mediador não representa nenhum dos lados e não oferece assessoria jurídica. É recomendável que as partes contratem um advogado para informá-las sobre seus direitos durante o processo de mediação. O mediador ajuda as partes a identificar os problemas, reunir as informações que necessitam para tomar decisões baseadas em fatos e se comunica de modo que possam encontrar uma solução aceitável para ambas as partes. A mediação visa ajudar na resolução de processos judiciais de forma informal e cooperativa. O tribunal mantém uma lista de mediadores aprovados e também existe a disponibilidade de serviços de mediação particulares fora desta lista. O juiz fará a determinação final quanto à concessão do divórcio ou dissolução conjugal.

Arbitragem

Se a forma de arbitragem for selecionada e suas questões resolvidas, as partes renunciam ao direito de ter suas disputas decididas pelo juiz. Nesta causa, uma terceira pessoa independente decide as questões do processo. As partes selecionam e contratam o árbitro e concordam sobre as questões que o árbitro decidirá. A decisão do árbitro é juridicamente vinculativa e definitiva. Enquanto que o árbitro pode decidir algumas questões, o juiz tomará a decisão final de conceder o divórcio ou a dissolução conjugal.

Processo de direito colaborativo

O processo de direito colaborativo possibilita que as partes representadas por seus advogados trabalhem em conjunto para resolver divergências sem envolvimento judicial. As partes e seus advogados reúnem-se e, conforme necessário, consultam especialistas que não são advogados mas são profissionais em seus

¹ Permanece em vigor a política do tribunal contra a mediação de processos nos quais foi emitida uma ordem de restrição temporária ou final nos termos da Lei de Prevenção de Violência Doméstica (Prevention of Domestic Violence Act).

campos. Estes especialistas podem ser planejadores financeiros certificados, contadores públicos certificados, assistentes sociais clínicos credenciados, psicólogos, assessores profissionais credenciados, terapeutas de casais e de família credenciados e psiquiatras. Todos os participantes entendem e concordam que este processo tem por objetivo substituir os procedimentos tradicionais de divórcio ou dissolução conjugal. As partes ademais entendem que o processo de direito colaborativo será encerrado se qualquer uma das partes entrar com uma ação de divórcio ou dissolução conjugal. Quando do encerramento do processo de direito colaborativo, não será permitido às partes contratar os mesmos advogados ou escritórios de advocacia que os representaram neste processo para fins de divórcio ou dissolução.

Utilização de profissionais

Como parte ou em complemento aos métodos descritos acima, as partes em um processo de divórcio ou dissolução conjugal podem procurar a assistência de profissionais qualificados para auxiliá-las na resolução das questões. Estes profissionais podem ajudar as partes a resolver todas ou parte das questões do processo. Apesar de que esta abordagem possa resolver algumas questões, o juiz tomará a decisão final na concessão do divórcio ou dissolução conjugal.

Combinação de alternativas

Dependendo das suas circunstâncias, poderia ser útil utilizar uma combinação de mediação, arbitragem, direito colaborativo e/ou profissionais qualificados para resolver as questões do seu processo de divórcio ou dissolução conjugal.

Conclusão

Assim como cada relacionamento é único, todo divórcio ou dissolução conjugal é único. As circunstâncias específicas do seu processo determinam os métodos mais adequados para resolver suas questões. É recomendável que você pergunte ao seu advogado se a mediação, arbitragem, lei colaborativa ou a utilização de profissionais podem auxiliar na resolução de questões no seu divórcio ou dissolução conjugal.